



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE HISTÓRIA
CAMPUS DE ANANINDEUA

BIANCA KAROLINE SILVA DA COSTA

“ONDE ESTÁ TEREZA?”¹ histórias femininas silenciadas e a importância da reformulação do ensino de História.

ANANINDEUA

2023

¹ **“Onde está Tereza”** é o título do projeto de pesquisa e extensão no qual fui bolsista na UFPA, e que transformou a minha trajetória acadêmica e meu olhar sobre o ensino de história. Projeto apresentado no final do artigo como uma proposta didática para a reformulação do ensino. Além disso, a nomenclatura foi inspirada na pesquisa da historiadora Daniela Senna, sendo “Tereza”, a representação das mulheres (principalmente negras) silenciadas pela historiografia (SENNA, 2018).

BIANCA KAROLINE SILVA DA COSTA

“ONDE ESTÁ TEREZA?” histórias femininas silenciadas e a importância da reformulação do ensino de História.

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do grau de Licenciada em História, Faculdade de História, campus de Ananindeua, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Dra. Anna Maria Alves Linhares.

Aprovado em ___/___/2023

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Anna Maria Alves Linhares - UFPA (orientadora)

Professora Dra. Sueny Diana Oliveira de Souza - UFPA (Examinadora)

ANANINDEUA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837o Costa, Bianca Karoline Silva.
"Onde está Tereza?" Histórias femininas silenciadas e a reformulação
do ensino de história / Bianca Karoline Silva Costa. — 2019.
35 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Anna Maria Alves Linhares Trabalho de
Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Curso de
História, Ananindeua, 2019.

1. Ensino de História. 2. Gênero. 3. Violências. 4.
Patriarcado. I. Título.

CDD 305.071081

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a Deus e a todas as forças espirituais que me fortaleceram e me ajudaram a traçar esse caminho com sabedoria, calma e persistência. Mesmo com tantos momentos difíceis durante esse percurso, nunca me senti sozinha, sendo sempre amparada pelas minhas orações

Sempre foi um sonho me graduar pela Universidade Federal do Pará, e a faculdade de história do campus de Ananindeua me proporcionou uma formação excepcional, com experiências únicas sob a qual levarei para o resto de minha carreira. Muito grata a isso.

Minha imensa gratidão a minha mãe Tatiana Silva que foi meu primeiro exemplo de força feminina. Me ensinou uma política feminista mesmo sem perceber, me incentivando sempre a estudar, ter autonomia e liberdade. Esteve ao meu lado durante esse longo percurso, me dando apoio e força nos piores e melhores momentos. Ao meu pai Burez Costa que não mediu esforços para me ajudar a enfrentar todos os obstáculos que surgiram no caminho até a conclusão do curso, sempre presente se orgulhando das minhas conquistas. Ambos foram essenciais para a conclusão desta pesquisa.

À minhas avós Marciana Pereira que esteve comigo fisicamente, e Elza Araújo que espiritualmente esteve ao meu lado, ambas torcendo, vibrando por mim, e se orgulhando das minhas vitórias.

Ao meu irmão Matheus Costa que mesmo estando na infância, me incentiva a ser sua fonte de exemplo e inspiração em âmbitos educacionais. À toda minha família, tios(as) e primos(as) e a minha madrasta que foram essenciais na minha formação pessoal, cada um tem um espaço importante na minha trajetória de vida e dedico também a eles as alegrias dessa conquista.

Aos meus amigos(as) que me acompanham desde a educação básica e sempre me incentivaram, me deram forças e estiveram ao meu lado, cada um à sua maneira, para prosseguir nessa caminhada.

À minha orientadora Anna Linhares, que se tornou uma amiga que admiro tanto. Me formou uma professora feminista, forte e confiante. Me apresentou o campo pesquisa, me incentivou nos momentos difíceis e foi de extrema importância para escrita e conclusão deste artigo.

RESUMO

O presente artigo busca analisar e problematizar a criação de uma história androcêntrica, que se estendeu para âmbitos educacionais a partir do nascimento da história como disciplina. O que gerou um grande impacto social para a vida das mulheres e fortaleceu o sistema patriarcal vigente no país desde o período colonial. Para além disso, este artigo busca discutir como esse silenciamento das mulheres na historiografia e o patriarcado corroboram para a prática da violência que aumenta cotidianamente mesmo com as conquistas legislativas do movimento feminista no país. É objetivo deste trabalho apresentar como solução de enfrentamento a essa violência, a reformulação do ensino de história visando as questões de gênero através de práticas de ensino e aprendizagem nas escolas. Questões estas, que estão sendo muito discutidas nos meios educacionais como debate primordial a ser colocado dentro das salas de aula para tentar conter o crescimento alarmante da violência dentro das escolas, e educar uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chaves: Ensino de História; Patriarcado; Gênero; Violência;

ABSTRACT

This article seeks to analyze and problematize the creation of an androcentric history, which was extended to educational areas from the birth of history as a discipline. This had a great social impact on women's lives and strengthened the patriarchal system in force in the country since the colonial period. Furthermore, this article seeks to discuss how this silencing of women in historiography and patriarchy corroborates the practice of violence that increases daily even with the legislative achievements of the feminist movement in the country. It is the objective of this work to present, as a solution to face this violence, the reformulation of history teaching aiming at gender issues through teaching and learning practices in schools. These issues are being much discussed in educational circles as a key debate to be placed within classrooms to try to contain the alarming growth of violence within schools, and to educate a more egalitarian society.

Keywords: Teaching of History; History; Patriarchy; Gender; Violence

INTRODUÇÃO

Segundo o historiador francês Jacques Le Goff, o papel do historiador na construção da história se constitui em analisar os fatos ocorridos e documentados. Após isso, o historiador diante da “confusa” realidade documental, opta pela análise a qual irá trabalhar, e para quem irá dar destaque em sua obra historiográfica (LE GOFF, 1992). O autor apresenta o indivíduo como ser científico, ou seja, é ele quem organiza os “confusos” documentos do passado e começa a constituir a história visibilizando as questões mais relevantes para ele e para aquela sociedade.

A partir desta constatação, podemos afirmar que para a grande maioria dos homens que participaram da construção da historiografia, os feitos femininos não eram tão relevantes quanto os masculinos, por esse motivo, vemos tão pouca participação de mulheres na história já escrita e documentada. Entretanto, a sociedade no geral ainda enxerga as contribuições femininas na história e ciência como inferiores, e esse pensamento se dá por conta, principalmente, da influência do sistema patriarcal.

Essa invisibilidade feminina na história, impactou de maneira negativa a vida das mulheres, fortalecendo ainda mais os estereótipos de inferioridade impostos a elas. Para além disso, todas essas questões sociais, juntamente com o androcentrismo historiográfico contribuíram para a naturalização das diversas violências que as mulheres sofrem desde a total implementação do sistema patriarcal.

Entretanto, essa difícil realidade começou a mudar desde a inserção dos estudos de gênero no campo da história. Segundo Joan Scott

“gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. “Gênero” sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se nas mulheres de forma muito estreita e isolada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. (SCOTT, 1995. p.2)

Para além do aparecimento das discussões de gênero dentro dos movimentos feministas, foi necessário desnaturalizar as relações impostas às mulheres por conta das próprias questões de gênero, quando estas foram colocadas em pauta. Para Butler

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no

tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2003, p. 59).

Ou seja, a condição da mulher² atrelada ao seu gênero, não é natural, e sim uma condição social repetitiva impulsionada pelo sistema patriarcal.

Contudo, é válido frisar, o quanto o movimento feminista foi importante para a construção desse novo campo de pesquisa acadêmico, que para além das questões científicas, busca enfrentar as violências construídas no entorno desse silenciamento feminino. Ademais, as discussões que se iniciaram sobre os problemas da invisibilidade feminina no ensino, vão muito além das questões de gênero, e estão relacionados também com questões de raça, e classe.

Sabendo que a população escolar brasileira é de sua maioria negra, e que os índices de feminicídios que serão apresentados no decorrer do artigo estão alarmantes, urge a necessidade de inserir essas questões no ensino de história. Utilizando a categoria de gênero para além de uma simples análise científica, enxergando-a também como uma importante ferramenta no combate à violência.

A CRIAÇÃO DO PATRIARCADO E O SILENCIAMENTO DAS MULHERES NA HISTÓRIA

Desde o período imperial, a história esteve presente como disciplina escolar no Brasil, com o objetivo de formar cidadãos politicamente “civilizados”, e moralmente cristãos, visto que a história ensinada permeava entre História Civil e História Sagrada que ensinava os preceitos cristãos (VARELA, 2014). Dentre esses preceitos estava o de que as mulheres eram naturalmente propriedade de seus maridos e inferior a eles em todos os âmbitos. Com o passar das décadas, a disciplina de história se reformulou, deixou de lado a religião e buscou formar indivíduos críticos e conscientes da história do seu país e do mundo, o que vem acontecendo desde então.

Entretanto, desde de sua reformulação, o currículo disciplinar de história ainda inferioriza as mulheres ao deixar de lado alguns aspectos importantes a serem levados em consideração ao educar esses indivíduos sociais e ativamente políticos. Os feitos femininos nacionais e universais foram silenciados e por muitas vezes apagados dos currículos e livros didáticos escolares. Tal questão, quando não pontuada, corrobora para manutenção de um sistema patriarcal que silencia e violenta mulheres a séculos (LERNER, 1986).

² Segundo Simone de Beauvoir (1949) essa condição aparece logo na infância de maneira implícita e vai se moldando ao longo da vida da mulher, de modo que se torne uma condição quase que inevitável. Logo, a sociedade entende essa condição como algo natural do gênero feminino.

O protagonismo feminino na história foi ocultado e por muitas vezes apagado somente pelas questões de gênero ou raça, e as mulheres foram colocadas na historiografia com um papel subjetivo quando por diversas vezes eram protagonistas de acontecimentos importantes, como citado pelo filósofo Losandro Antonio Tedeschi em seu livro “As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica”, onde ele afirma que as mulheres não participaram de modo invisível dos temas históricos mas são retratadas dessa maneira nos livros didáticos com um objetivo social e político.

Mesmo que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’S) tenham em 2000 colocado em pauta a inserção das questões de gênero no ensino, essas questões foram atreladas e restringidas para temas transversais, relacionados com saúde e sexualidade, o que diminui e dificulta os debates sobre essas questões dentro da sala de aula, visto que sua importância foi tão reduzida chegando a ser igualada com outros debates também importantes e complexos como o da sexualidade. Dentro da historiografia os debates sobre gênero perpassam esses assuntos, e estão muito mais ligados com políticas públicas e toda a construção social da humanidade.

Para se ter uma ideia, por conta das desigualdades raciais no ensino, se tornou necessário a criação de uma lei³ para que conteúdos de raça e etnias fossem obrigatoriamente inseridos nos currículos escolares. Entretanto, mesmo com a grande desigualdade de gênero vigente na sociedade, falar sobre mulher no ensino continua sendo algo “optativo”, o que demonstra o quanto o ensino é misógino.

Grande parte da exclusão das mulheres na história está relacionado diretamente com a criação do sistema patriarcal, que segundo a historiadora Gerda Lerner (1986) é um sistema milenar que privilegia o patriarca (homem), e foi institucionalizado desde a Grécia antiga com o objetivo de dominar e violentar mulheres ao longo da história da humanidade.

O pensamento patriarcal é construído de tal modo em nossos processos mentais, que não podemos excluí-los se não tomarmos consciência dele, o que sempre significa um grande esforço. Assim, quando pensamos sobre o passado pré-histórico das mulheres, estamos presos ao sistema explicativo androcêntrico, que o único modelo alternativo que vem de imediato na cabeça é o oposto. (LERNER, 1986. p.65).

Partindo desse pressuposto, a historiadora afirma que além de está enraizado na sociedade, o patriarcado está socializado e foi naturalizado em todas e todos nós de modo que

³ Lei n°10.639 que prevê a obrigatoriedade dos estudos afros e indígenas no ensino básico e superior. A grande questão é que mesmo com a lei em vigor, algumas instituições não a cumprem. O que corrobora para o crescimento do racismo no país.

normalizamos a subordinação feminina, e reconhecer que ele está presente e agindo para nos violentar já é um grande passo para desestruturá-lo. Entretanto, é importante entendermos a partir de que momento essas ideais patriarcais se firmaram na sociedade ao ponto de esse sistema permanecer ativo e fortificado por tantos séculos. Segundo a historiadora Gerda Lerner (1986), o patriarcado, que como já citado, não é algo natural do ser humano, porém a sua naturalização está diretamente relacionada com a criação de uma religião paternalista.⁴

Ao fazer uma análise da história da humanidade, é possível observar através de pinturas rupestres no período neolítico algumas evidências de uma adoração a “deusa-mãe” como uma entidade superior, ou seja, a figura feminina era vista como algo majestoso, e isso é explicado provavelmente pela dependência que o ser humano tinha da mãe em sua vida na fase inicial (LERNER, 1989), e também por conta do laço psicológico muito forte entre mãe e filho. A sociedade daquele período enxergava tanto essa ligação quanto o ato de gerar uma vida algo divino, e só quem detinha esse poder eram as mulheres, partindo desse viés, há estudos como o da filósofa Mary O’Brien (1981) que levantam a hipótese de o patriarcado ter sido criado a partir dessa admiração divina do homem sobre a mulher, o medo do poder feminino e a incapacidade biológica de gerar uma vida, fez com que os homens construíssem instituições de dominância que resultou no sistema patriarcal (O'BRIEN, 1981).

Entretanto, levanto a hipótese baseada nos escritos de Gerda Lerner que o patriarcado foi institucionalizado e fortificado a partir de coisas mais específicas relacionadas com a evolução humana, como a criação da escrita. A escrita foi e é uma ferramenta poderosa para a humanidade e que inicialmente foi dominada pelos homens. A partir da criação da escrita, houve o fortalecimento de religiões paternais, onde o ser divino deixou de ser uma figura feminina e passou a ser uma figura masculina e o “pai” de todos, essas religiões assim como todas tem suas leis que também favorecem o homem (que agora passou a ser visto como imagem e semelhança do ser superior) e é a partir daí que o patriarcado se firma como ideia e sistema.

Essas leis surgiram para controlar o que na época as mulheres tinham de mais sagrado, confirmando a hipótese da filósofa Mary O’Brien, o controle da sexualidade feminina foi um dos pilares da institucionalização do patriarcado. Devemos nos atentar também em como a construção desse sistema e sua relação com a escrita colaborou para a construção de uma história da sociedade documentada e escrita por homens, onde só homens aparecem em destaque. Essa história androcêntrica é repassada para a humanidade

⁴ Paternalismo: do grego **PATER** que significa **Pai**. E **ISMO** que significa **conjunto de idéias ou doutrina**. O paternalismo seria uma administração exclusivamente paterna/masculina.

fortalecendo o discurso de que o homem é um ser superior não só na religião mas agora também na ciência, visto que, com o passar dos séculos, segundo documentos androcêntricos, foi o homem o responsável por diversas evoluções da sociedade em todos os âmbitos.

A partir dessas hipóteses, conclui-se que a criação dos valores religiosos que condenavam a sexualidade feminina, seguida da criação da escrita, do casamento como uma moeda de troca e da escravidão por fins sexuais e reprodutivos foram os pilares da criação do sistema patriarcal ocidental que levou até 2.500 anos até ser institucionalizado de fato mundialmente (LERNER, 1989). E que inclusive foi inserido em países não ocidentais, durante o processo de colonização, o patriarcado atravessou os mares junto com os colonos⁵. Entretanto, desde o início desse processo as mulheres vêm lutando diariamente para romper essas barreiras impostas por esse sistema.

Um dos frutos da institucionalização patriarcal foi o apagamento das mulheres na historiografia que se estende até hoje, mesmo com tantos avanços sociais e políticos. Em um artigo, intitulado “Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais a história da historiografia” a historiadora Maria Da Gloria de Oliveira (2018) chama a atenção para a falta de trabalhos femininos dentro da construção da chamada historiografia brasileira no século XX, e é válido frisar que tal historiografia foi construída baseada na Escola dos Annales, que foi um movimento historiográfico que reformulou a história, liderado por homens, influenciou a reformulação da compreensão da história brasileira.

Maria Da Glória (2018) aponta que a falta de escritos femininos na época se dá por alguns motivos, sendo um deles a falta de oportunidades para a divulgação dessas obras, ou até mesmo a falta de obras (por conta da educação: no passado a educação era um privilégio masculino), outro motivo também seria o fato de que essas obras quando escritas e divulgadas, sempre serem vistas como obras de pouca relevância para a história do país. Essa historiografia predominantemente masculina só se fortaleceu por conta das instituições de ensino superior da época (que até hoje são centros intelectuais e de produção de conhecimento científico), durante todo esse período de construção da historiografia brasileira as universidades optaram por estudar e considerar um escrito científico e historiográfico aqueles que eram de autoria masculina (por conta das ideias patriarcas de que só os homens pensavam intelectualmente), e assim se estabeleceu uma história inteira escrita por homens.

⁵ a obra “a invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero” da escritora nigeriana Oyèròkè Oyeùmí (2021), é um exemplo de como o patriarcado só chegou na sociedade Iorubá através do contato destes com os colonos. O que demonstra que esse sistema não é natural e se espalhou pelo mundo através da colonização.

A partir desta constatação, segundo Maria Da Glória, a história das mulheres e até mesmo os escritos femininos se tornaram “historicamente marginais e periféricos no campo da história intelectual” (OLIVEIRA, 2018), por não serem considerados suficientemente relevantes pela academia, o que mudou ao longo dos anos após muitas reivindicações feministas em prol de um conhecimento democrático.

No contexto atual, após a discussão de gênero crescer significativamente na academia e as pesquisas avançarem, seria errôneo dizer que a história das mulheres e a escrita feminina é irrelevante para a sociedade, pois a história contada a partir de uma análise de gênero não reflete somente sobre a relação do indivíduo homem x mulher, mas se interliga com as questões sociais, de raça e de classe. No cotidiano da escola, esses contextos estão presentes durante toda a vida escolar do indivíduo e permeia para a fase adulta, daí a importância do assunto ser tratado com seriedade na sala de aula. Para além disso, segundo a historiadora Carla Pinsky a importância de falar de gênero dentro da história serve para afirmar o próprio objetivo do ensino de história que é “capacitar os estudantes para perceber a historicidade de concepções práticas e relações sociais” (PINSKY, 2010).

Em contraponto ao silenciamento propagado por séculos dentro da historiografia, a historiadora Mary Del Priore (1997) organizou uma coletânea intitulada “História das mulheres no Brasil” para desmistificar a concepção de que as mulheres não foram importantes na construção da história do nosso país. A autora reúne nesta obra artigos de diversos pesquisadores e pesquisadoras que discutem sobre o papel das mulheres desde o início do Brasil colônia até o período contemporâneo.

Ao fazer uma análise sobre a obra é perceptível que as mulheres foram cruciais na criação da sociedade brasileira, seja em termos de cultura, intelectualidade, ciência ou medicina. Entretanto, eram sempre descritas nos documentos como se fizessem parte de uma população irrelevante para a evolução humana e intelectual, visto que segundo documentos apresentados na obra, a concepção que se tinha da mulher da época era de que esta só servia para procriação. No mais, as mulheres no período colonial, eram vistas como detentoras de todo pecado por serem descendentes de Eva, segundo o cristianismo, muito propagado na época (DEL PRIORE, 1997).

A partir daí, constata-se que para se produzir uma historiografia voltada para a análise da história das mulheres desde o período quinhentista, é necessário um trabalho duplo de pesquisa, pois, por conta do apagamento historiográfico, o gênero feminino pouco aparece nos manuscritos de referência utilizados para estudar a história do Brasil, o historiador e historiadora que se dedica a esse estudo, precisa ler as entrelinhas desses documentos,

analisar minuciosamente as iconografias da época, e entender que as pouquíssimas vezes que as mulheres são relatadas nessa documentação⁶, será de maneira misógina.

Além disso, está descrito de maneira implícita na obra de Mary Del Priore (1997) como o patriarcado foi institucionalizado no Brasil a partir do controle sexual feminino, ratificando a hipótese da historiadora Gerda Lerner (1989) sobre o fortalecimento e expansão desse sistema. Durante os capítulos iniciais da obra Mary Del Priore (1997) descreve o que seria a vida de uma mulher no Brasil colônia, e tanto para as indígenas mulheres⁷ quanto para as mulheres do centro, a sexualidade era tratada como algo de maior valor que as mulheres poderiam ter.

A autora aponta que quando os colonos chegaram ao Brasil e se depararam com mulheres nativas que andavam desnudas e não casavam virgens, as descreveram como mulheres que reuniam em si os piores atributos de Eva (PRIORE, 1997). A partir de então começaram a impor sobre as mulheres uma conduta sexual de acordo com a religião cristã, conduta que passou a reprimir e controlar a sexualidade e desejo feminino, além de julgar e punir a mulher que não respeitasse as regras impostas pela igreja e sociedade. Segundo o escritor Manoel Rendeiro Neto, as indígenas mulheres chegaram a ser condenadas pelo tribunal do santo ofício da igreja católica apostólica romana por adultério durante a colônia (NETO, 2017), prática que não era condenada na maioria das etnias da época. Quanto às mulheres do centro, Mary Del Priore afirma que:

...ensinavam as meninas os princípios da religião, a fim de protegê-las dos “defeitos do seu sexo”(…) assim desde muito cedo a mulher devia ter seus sentimentos devidamente domesticados e abafados... agora o seu senhor passava a ser o marido. O casal, porém, continuava a sofrer interferência da igreja mesmo no leito conjugal... pois o ato sexual não se destinava ao prazer, mas a procriação de filhos. (PRIORE, 1997. p. 50).

A partir de tais relatos, é perceptível que o controle sexual feminino foi uma das primeiras manifestações do sistema patriarcal no Brasil, que se fortalece com o passar dos anos e se expande para as desigualdades de raça e classe. Mas que desde o início trabalha para inferiorizar a mulher e violentá-la de diversas maneiras, sendo representado inicialmente atrelado a valores cristão. Na contemporaneidade, o patriarcado se apresenta de diversas formas e contribui para a reprodução contínua das violências de gênero.

⁶ É necessário ressaltar que as fontes históricas utilizadas por esses historiadores para construir essa nova história das mulheres está recheada de estereótipos advindos do sistema patriarcal da colônia. Essas fontes apresentam as mulheres de forma genérica sem se ater às suas especificidades.

⁷ Segundo a indígena Manuela Karipuna (2021), é incorreto citar “mulheres indígenas”, pois, o conceito “mulher” é ocidental. O ser “indígenas” vem antes do ser “mulher”.

SILENCIAMENTO + PATRIARCADO = VIOLÊNCIA (QUE TEM COR)

Uma das consequências geradas por esse “não lugar” feminino na história⁸ e pela ascensão do patriarcado foi as constantes violências que as mulheres sofrem cotidianamente, entretanto, para falar sobre violência de gênero, precisamos reconhecê-la, ou seja, se conscientizar que ela acontece ao nosso entorno todos os dias e nomeá-la, pois existem diversas formas de violência que vão além da violência física e entender porque ela se tornou tão comum e cresce mesmo com a conquista de uma lei que nos ampara⁹.

Segundo a filósofa Simone de Beauvoir(1949), a infância é o ponto principal para a análise da construção das violências de gênero, afinal, para a escritora nenhum homem nasce violento e nenhuma mulher nasce destinada a aceitar e receber todo tipo de violência. A autora afirma em sua obra “O segundo sexo” que durante a época do nascimento até o desmame, as crianças de ambos os sexos têm os mesmos interesses e prazeres, entretanto, durante seu crescimento, passam a lidar com as diferenças da criação e a partir daí que se constrói seus estereótipos de gênero, é a chamada “socialização”.

Simone De Beauvoir destaca que ambos os sexos sofrem na adaptação de uma criação específica para meninas e para meninos. Ela explica que os meninos passam a aprender desde cedo a virilidade, ou seja, são negados afetos, às vezes até mesmo carinho e proteção, com o intuito de que devem crescer fortes emocionalmente e viris. Segundo a autora, olhando por esse lado, as meninas têm um certo privilégio na infância, pois crescem sendo mais protegidas e cuidadas pelos pais, o que deveria acontecer com todas as crianças sem diferenciação de gênero, o que nos faz refletir sobre a 1ª violência de gênero durante a infância, causada pelo patriarcado: a construção violenta dos estereótipos masculinos.¹⁰

Os meninos são criados dessa maneira tendo em vista a “masculinidade” que é um conjunto de comportamentos masculinos pautados no machismo na violência e é atribuído aos homens durante a socialização na infância (BEAUVOIR, 1949). Essa masculinidade é um dos pilares do sistema patriarcal que violenta os homens até a fase adulta e os impulsiona a reproduzir essa violência. A masculinidade os nega afeto, e os ensina a serem violentos para

⁸ Por não serem vistas como sujeitos históricos durante a vida escolar, o indivíduo cresce achando que a mulher tem menos valor social, o que muitas vezes o deixa seguro para ser violento, visto que para ele essa mulher não é importante para a sociedade, afinal, não aparece nem na história da mesma forma.

⁹ Lei Maria Da Penha criada em 2006, após a farmacêutica Maria Da Penha sofrer 2 tentativas de feminicídio pelo marido e ficar paraplégica.

¹⁰ Vale ressaltar que nesse momento de sua análise, Simone de Beauvoir não especifica a criação tendo em vista classe, raça e gênero, pois, se formos refletir nessas interseccionalidades, certamente muitas meninas, especialmente negras, não têm essa proteção. Porém, Beauvoir não deixa de ser importante para refletirmos nessa construção desde a infância. Mesmo pensando em muitos casos na questão racial.

se destacarem em todos os âmbitos da vida, dentre eles, o âmbito amoroso que é o lugar de maior violência dos homens para com as mulheres¹¹.

Entretanto, ainda durante a infância, apesar das questões com a masculinidade, os meninos são criados para serem livres, é só observar as brincadeiras denominadas masculinas, para a sociedade no geral menino brinca de carrinhos sonhando ser um colecionador, bola sonhando ser jogador de futebol, bombeiro, piloto de avião e etc... brincadeiras que desenvolve na criança uma certa ambição para uma futura profissão de destaque. Já as “brincadeiras de meninas” são no geral com bonecas para que elas sonhem com a maternidade, com “panelinhas” para que ela aprenda serviços domésticos, e etc... além do fato das meninas crescerem assistindo filmes infantis em que as mulheres estão sempre esperando por um homem para salvá-las e até mesmo para casar, como se o casamento fosse uma meta de vida feminina. Para Adichie (2017)

Condicionamos as meninas a aspirar ao matrimônio e não fazemos o mesmo com os meninos; assim, de partida, já há um desequilíbrio tremendo. As meninas vão crescer e se tornar mulheres preocupadas com o casamento, os meninos vão crescer e se tornar homens que não estão preocupados com o casamento. As mulheres vão se casar com esses homens. A relação é automaticamente desigual porque a instituição tem mais importância para um lado do que para o outro. (ADICHIE, 2017. P. 40).

A partir daí se constrói o homem que cresce violento e livre, e a mulher que cresce com o sonho do casamento e da maternidade com o objetivo de conquistá-lo a qualquer custo para ser validada pela sociedade (ZANELLO, 2022). Entretanto, para realizar esse sonho ela precisa de um homem e por esse motivo se torna mais passível para se manter no relacionamento/casamento, visto que para a sociedade “ser esposa” é um dever natural feminino, e as mulheres devem lutar para exercer e se manter nesse papel de mãe de família. Essa condição varia dependendo de raça e classe, no que se refere a mulher negra, por conta do racismo estrutural, muitas nem chegam a se casar. Segundo Souza (2008), a solidão da mulher negra na área afetiva é fruto dos estereótipos criados nos anos de escravidão: mulheres brancas para casar, e negras para o trabalho ou prazer.

Por conta da construção da masculinidade e feminilidade na infância, o patriarcado criou o estereótipo do que é ser homem ou mulher, e o racismo criou o estereótipo de qual dessas mulheres tem mais valor social, sempre colocando as mulheres como objeto de

¹¹ Segundo a psicóloga Valeska Zanello, isso ocorre pois socialmente as mulheres estão em posição de serem escolhidas, como se estivessem em uma “prateleira do amor”. Os homens com a opção de escolha e cientes de que por conta dessa socialização, suas parceiras tendem a “perdoar mais” (para se manter no relacionamento), se sentem no direito de agir de forma violenta (ZANELLO, 2022).

aquisição masculina, por conta disso, é milenar a tradição de que a mulher nasce sendo propriedade do pai, e ao casar, passa a ser propriedade do marido.

Durante séculos a violência conjugal foi “legalizada” por esse costume de posse dos homens perante as mulheres, sendo a agressão física e o feminicídio os mais graves, mas o que antecede esses atos? Segundo o artigo "feminicídios: conceitos, tipos e cenários" escrito pelas universitárias da Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Stela Meneghel e Ana Paula Portella, o feminicídio é a etapa final do ciclo de violência contra mulher e muitas dessas mortes poderiam ser evitadas se a sociedade tivesse a ciência e desse a devida importância e seriedade para o fato de que existe outros tipos de violência que antecedem esse crime e são tão perigosas quanto a violência física.

São as violências morais, patrimoniais, psicológicas e sexuais, que na maioria dos casos ocorrem respectivamente nessa ordem, ou seja, no relato das mulheres que sofreram agressão física, o ciclo de violência acontece da seguinte forma: a priori o agressor começa controlando os bens da vítima, ou a proíbe de trabalhar, deixando-a totalmente como dependente financeira dele o que caracteriza violência patrimonial. Após isso o agressor faz sua parceira se sentir inferior a ele por não possuir bens e precisar dele para sua sobrevivência, o que acaba afetando seu psicológico, para além disso ele começa a tratá-la como um objeto sob o qual ele tem direito de fazer o que ele quiser visto que a sustenta. Nos relatos das vítimas, durante essa fase os insultos começam a ser cada vez mais frequentes, juntamente das ameaças, o que caracteriza as violências psicológica e moral. Se sentindo o dono dessa mulher, a violência sexual passa a ser constante, já que ele passa a ter um sentimento de posse sobre o corpo da vítima, e a partir do momento que ela começa a dizer “não”, se inicia as violências físicas, que em muitos casos chegam a se tornar crimes de feminicídios¹².

Atualmente no Brasil os dados são alarmantes, segundo as pesquisas do portal de notícias “G1”, na primeira semana de 2022, 699 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, ou seja, 4 casos por dia. Para melhor compreensão da gravidade do assunto, o gráfico abaixo, fruto da pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2018, mostra a quantidade de mortes por ano de mulheres dentro de casa comparado aos homens.

¹² Esse ciclo de violência está baseado no relato de mulheres que passaram por isso até chegar a agressão física. Também baseado nas análises de Valeska Zanella (2022) sobre como se caracteriza essas violências.

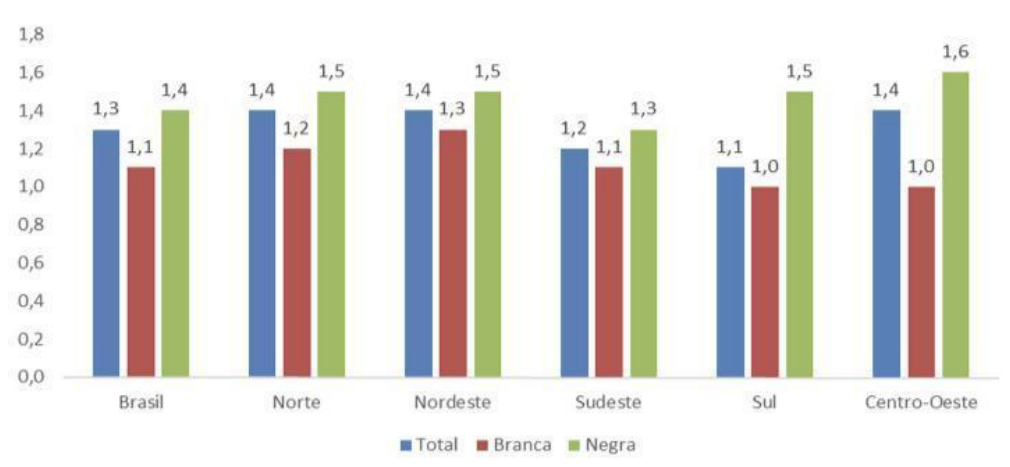


Fonte: IBGE, pesquisa de informações básicas municipais 2018-2019. Disponível em <https://cultura.uol.com.br/noticias/em-2018-304-dos-homicidios-de-mulheres-ocorreram-nos-domicilios.>

Entretanto, os dados quantitativos das violências dependem de diversos fatores para se manter em alta, ou em declínio. Para Cíntia Engel

Houve, nos últimos vinte anos, uma melhoria significativa na coleta de dados quantitativos, assim como na sua utilização pelo Estado brasileiro para pensar políticas públicas, ou ainda para serem cobradas políticas públicas, no caso de organizações feministas. A melhoria, no entanto, foi gradual, está em curso, e é muito sensível às instabilidades políticas. Dessa forma, a evolução histórica do fenômeno da violência é difícil de ser explicitada de maneira completa e estatisticamente confiável. (ENGEL, 2020. P.5)

Para além dessas questões, devemos nos atentar ao fato de que segundo as pesquisas feitas pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), as mulheres negras são as que mais morrem, ou seja, a violência tem cor e também deve ser discutida a partir de questões raciais.



Fonte: IBGE/Pnad – Suplemento Vitimização e Justiça – disponíveis em Ipea/ Retrato das desigualdades de gênero e raça

De acordo com Linhares (2021):

É preciso descolonizar afetos, pois toda essa construção que violenta mulher e seu corpo andam de mãos dadas com afetos colonizados. Se mulheres de forma geral se encontram na “prateleira do amor”, as mulheres negras estão na última fileira dessa prateleira por causa de sua cor. (LINHARES, 2021).

Além disso, segundo uma pesquisa feita por uma plataforma digital criada em prol de discutir as relações de gênero e raça chamada Portal Geledés, em janeiro de 2023, o estado do Pará foi o 4º estado entre os 10 mais perigosos para as mulheres negras, essa violência se tornou tão “comum” que chegou a ser tão naturalizada ao ponto que, infelizmente, todo mundo conhece uma mulher negra que foi morta pelo seu companheiro.

Durante as minhas pesquisas para iniciar a construção deste artigo no ano de 2021, ocorreu um crime de feminicídio próximo a minha residência, a vítima uma mulher negra de 20 anos que foi morta a facadas pelo namorado, isso nos faz refletir o quão próximo a nós estão os dados estatísticos apresentados nos sites de pesquisa, a violência acontece todos os dias em nosso entorno¹³. Como afirma a antropóloga Dra. Anna Linhares “ser mulher preta, em especial no Brasil, é ter a condição de humanidade violada, é ter o corpo invadido, estigmatizado, sexualizado...” (2021).

É importante salientar que as mulheres negras sofrem uma dupla opressão, sendo o racismo a pior delas, pois ele vem de ambos os gêneros. Socialmente falando, a mulher negra é vista como o “outro” do “outro” (SARAIWA, 2022), e ocupa o último lugar na pirâmide social de privilégios e direitos. Entretanto a opressão racial das mulheres brancas para com as mulheres negras é estrutural e mais uma arma do patriarcado, conseqüentemente, foi por esse motivo que a discussão sobre a violência contra a mulher negra demorou tanto para entrar nas pautas dos movimentos feministas. Para Gonzalez (2020)

“O atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. Também aqui se pode perceber a necessidade de denegação do racismo. O discurso é predominantemente de esquerda, enfatizando a importância da luta junto ao empresariado, de denúncias e reivindicações específicas. Todavia, é impressionante o silêncio com relação à discriminação racial. Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (GONZALEZ, 2021, P.43)

¹³ Aqui apresento um relato para demonstrar o quão o “pessoal é político”, e destacar que as situações que as mulheres vivem em sua vida privada, devem ser levadas para discussões em meios públicos e acadêmicos, principalmente quando se trata de violências. Só assim esses relatos passarão a ser tratados com mais seriedade no âmbito político e social (HANISCH, 1969).

Os debates sobre dominação, violência, classe e raça só surgiram após a criação do movimento de mulheres negras, durante o século XX, no final da década de 70, esses debates trouxeram à tona o motivo pelo qual as mulheres negras são as mais violentadas e mortas estatisticamente, dentre esses motivos estão algumas questões de classe. Segundo dados do IBGE a população negra do Brasil é maior do que a população branca ou parda, entretanto tem um menor acesso a políticas públicas, educação, saúde e segurança, isso se dá por diversos fatores sendo o principal o preconceito racial que junto ao patriarcado nega a mulher negra a possibilidade de estar em vários espaços que lhe pertencem e são essenciais para sua vida.

Para se ter ideia, segundo a pesquisa da filósofa Lélia Gonzalez (2020), a região mais desenvolvida do país com acesso a políticas públicas de qualidade tem uma população de 64% de pessoas brancas, enquanto as regiões consideradas com um menor desenvolvimento têm uma população de 69% de pessoas negras, o que gera um desenvolvimento econômico totalmente desigual e que deixa a população de regiões menos desenvolvidas totalmente dependentes de regiões mais modernas (GONZALEZ, 2020). A falta de tudo isso deixa as mulheres negras mais expostas a uma maior vulnerabilidade social, essa vulnerabilidade impede muitas denúncias e deixa a mulher negra à mercê do ciclo da violência, que quanto mais o tempo passa, mais se agrava, o que resulta no aumento quantitativo das estatísticas de feminicídios (SILVEIRA, NARDI, SPINDLER, 2014).

O patriarcado desde sua implantação, é a base que assegura os homens a praticar todos os tipos de violência de gênero. Usando o discurso de posse e superioridade o sistema patriarcal fez a sociedade pensar por muitos anos que a violência dentro e fora do relacionamento amoroso era algo saudável e natural, foi só com o surgimento do movimento feminista que as mulheres começaram a conquistar e conhecer a liberdade.

Essas questões de violência podem e devem ser tratadas no ensino com um objetivo de prevenir essas mortes e empoderar as futuras mulheres a praticarem a mudança social proposta pelos movimentos feministas. Para além disso, romper o silenciamento das mulheres na história (que também é uma violência ocasionada pelo patriarcado dentro da ciência) deve ser enxergado como uma alternativa de prevenção dessas diversas violências. E pode ser também uma possibilidade de luta contra as opressões vividas por mulheres negras, que se tornam cada dia maiores segundo os dados estatísticos analisados, que nos mostram que além de vivermos em um país machista, vivemos em um país racista.

Esse silenciamento e essa história masculina além de violentar as mulheres, corroborou para que milhares de meninas se sentissem inferiores dentro das salas de aula,

visto que aprendem que só os homens construíram o mundo no qual elas vivem. Essa simbólica violência passou de geração em geração e fortaleceu ainda mais o patriarcado, que só passou a ser questionado com a chegada do movimento feminista e a restauração do ensino, por isso, é tão importante falarmos de movimento feminista em sala de aula¹⁴.

FEMINISMO E O COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS

O termo “feminismo” surgiu no início do século XX durante a construção de um movimento social protagonizado por mulheres, com o objetivo de conquistar o direito ao voto feminino e tentar mudar a sociedade patriarcalista inicialmente através da política. Desde sua criação até os dias atuais o movimento se desenvolveu e sofreu mudanças durante as chamadas “3 ondas”¹⁵.

No decorrer da trajetória do movimento feminista, as mulheres conquistaram diversos direitos, dentre eles, o de serem ouvidas e representadas em várias esferas sociais, o que ocasionou em mudanças positivas para o cotidiano social feminino. Entretanto, como exposto no tópico anterior, os índices de violência crescem a cada dia mesmo com a expansão do movimento, e por esse motivo, algumas teóricas feministas acreditam que estamos vivendo uma 4ª onda, onde o foco das discussões atuais são as violências e a urgência combatê-la devido aos altos índices.

Uma das discussões atuais entre as teóricas feministas, é a importância de levar a história do movimento, conquistas, obstáculos e concepções para além dos muros acadêmicos. Segundo bell hooks, com o passar dos anos, a teoria feminista se fechou para dentro dos muros da universidade e acabou se tornando um movimento de esfera elitista. O que acaba dificultando o avanço na conquista para uma sociedade igualitária.

Visando essas questões, é importante que o pensamento feminista seja redirecionado a massa de mulheres e homens, e levado para dentro das escolas, educando os indivíduos coletivamente para uma consciência crítica em questões de gênero, raça e classe. O

¹⁴ Tenho noção de que mulheres podem lutar de mais variadas formas para além do movimento feminista. Por exemplo, muitas indígenas mulheres não se intitulam feministas, mas se encaixam em movimento de resistência de indígenas mulheres, assim como, muitas mulheres negras não se intitulam feministas negras, mas pensam em mulherismos, mulherismos africanas, etc. Optei por pensar e refletir acerca do movimento feminista, haja vista que, sou feminista e vejo o movimento como crucial para mulheres, assim como foi na minha vida. Faço questão de relatar a importância que esse movimento teve na minha vida para que seja vetor de mudança da vida de outras mulheres, afinal de contas, “o pessoal é político”.

¹⁵ As ondas seriam momentos de apogeu de determinadas lutas específicas dentro do movimento. Historicamente o movimento se divide em 3 ondas que discutem respectivamente: cidadania, sexualidade e interseccionalidade (ZIRBEL, 2021).

movimento só vai avançar e combater as violências de fato quando abranger mulheres de todas as camadas sociais, integrando teoria com experiências pessoais (HOOKS, 1989. p.66).

No que se refere à mulher negra e suas reivindicações dentro do movimento feminista, suas lutas ultrapassam as questões de violência e “vão desde a exigência de melhores condições de habitação/saneamento básico, de transporte, educação, saúde etc...”(GONZALEZ, 2020. pg. 102) até mudanças na regulamentação das leis que nos amparam. Além, principalmente das questões raciais que estão atreladas a todas as outras opressões que mulheres negras sofrem. Por esse motivo, o movimento de mulheres desde de sua criação luta para reformular a ideia do “lugar da mulher negra” na sociedade, pois, é por estar atrelada a um “não-lugar” que a mulher negra é a que mais sofre violência no Brasil. Diga-se de passagem, um “não lugar” por conta do racismo.

É importante pontuar que esse lugar ou “não-lugar” da mulher negra na sociedade, está exposto, principalmente dentro das escolas no Brasil, e é embasado pelos discursos descritos nos livros didáticos de ensino fundamental e médio. A falta de representatividade negra positiva nos livros didáticos de história corrobora para a permanência desse apagamento e/ou racismo historiográfico, e o crescimento das diversas formas de violência que as mulheres negras sofrem cotidianamente (MIRANDA, 2020. p.152).

Me refiro a representatividade positiva pois, segundo as pesquisas feitas pela historiadora Caroline Barroso Miranda, as mulheres negras até aparecem em alguns livros didáticos, porém, sempre no papel negativo de escravizada. São as chamadas “imagens de controle” que inferiorizam o papel da mulher negra na historiografia, e corroboram para a manutenção da violência que intersecciona as opressões de gênero e raça (COLLINS, 2019).

Sendo assim, o movimento feminista negro aponta como uma forma de combate à essas violências, a necessidade de reformular o ensino de história de maneira com que esse estereótipo que liga a mulher negra somente a escravidão seja rompido, para que meninas negras no espaço escolar, possam se enxergar e se reconhecer no livro didático e na história, sem precisar sentir-se inferior pelo papel que suas antepassadas estão ocupando. No mais, Caroline Barroso Miranda pondera que

a importância de haver mais imagens assim (positivas) nos livros didáticos, remete a algo muito significativo para a formação de um ponto de vista das mulheres negras (...) como sendo parte de um projeto de justiça social amplo, pois o empoderamento das alunas negras, futuras mulheres negras, através de uma representação positiva de uma menina negra estudando com outras crianças brancas, abre a possibilidade de formar um ponto de vista de mulheres negras a partir da própria experiência das alunas negras, das mesmas verem suas

poderiam formar rabos de cavalo, também podiam existir na literatura. (ADICHIE, 2019).

Visando essas afirmações, se faz necessário reformular o ensino, usando-o como uma ferramenta para o combate à violência. Segundo bell hooks¹⁶, quando um oprimido passa a compreender o mundo longe das análises do opressor, ele passa por um processo de **autorecuperação**, que seria o desenvolvimento de uma consciência crítica e revolucionária, e a partir daí entra em um processo de recuperação da sua força para combater a dominação que lhe cerca (HOOKS, 1989).

A dominação e as heranças da colonização que são perpetuadas no ensino, tentam apagar a capacidade do oprimido de enxergar maneiras de lutar contra o opressor. Por esse motivo, segundo dados coletados pelo IBGE entre 2012 e 2022, 4 em cada 10 jovens negros não terminam o ensino médio, o percentual é de 71,7% comparado com os jovens brancos.

Quando analisamos a evasão escolar feminina, os problemas que motivam a desistência são mais complexos. Para além das heranças da dominação propagandas na escola, estão atrelados a dupla jornada de trabalho (muitas vezes trabalho doméstico¹⁷), gravidez na adolescência ou até mesmo por questões de violência psicológica, moral ou patrimonial. Diante disso, para além da reformulação do ensino, se faz necessário ensinar a partir de um viés feminista.

Uma sala de aula feminista transformaria a educação convencional em uma educação libertadora, motivando e fortalecendo principalmente mulheres negras, que após um letramento de raça e gênero, passam a reconhecer suas opressões e enfrentá-las, como citado no processo de autorecuperação. Para hooks

As negras que se põe de pé, que lidam com o sexismo e racismo, desenvolvem importantes estratégias de sobrevivência e resistência, estratégias que precisam ser partilhadas com as comunidades negras, especialmente porque a negra que passa por tudo isso e se descobre, tem nas mãos a chave da libertação. (HOOKS, 1994. p.160).

Para além disso, bell hooks afirma que se tivéssemos implementado práticas feministas no ensino desde a criação da escola, o efeito libertador não viria só para mulheres, mas ajudaria os homens a enfrentar a masculinidade que os cerca e os impulsiona a reproduzir

¹⁶ Esse é o seu pseudônimo da escritora Glória Watkins. O nome é grafado em letras minúsculas representando um protesto político contra a elite acadêmica e intelectual.

¹⁷ As meninas, ainda em fase escolar, iniciam uma jornada de trabalho doméstico a fim de ajudar a família. O problema é que muitas vezes esse trabalho é desigual quando se tem filhos homens, o dever de cuidar da casa, geralmente é designado só para as filhas. Deixando as meninas sobrecarregadas, o que as impede de prosseguir nos estudos. Isso ocorre, não só em período escolar, mas também durante a vida acadêmica e profissional, principalmente quando essas mulheres se casam e têm filhos. Esse é um dos motivos para a ampla desistência de mulheres nos âmbitos acadêmicos e profissionais (HOOKS, 1989).

o machismo e a prática da violência (HOOKS, 1994. p.166). Ou seja, a prática feminista no ensino é uma das alternativas para o combate à violência e consequentemente o enfraquecimento do patriarcado.

Mas como e porque aplicar essa prática no ensino de história? Para Larissa Costard

Uma pedagogia decolonial¹⁸ deve fazer o eterno movimento de historicizar as diferenças e as relações sociais, apresentadas também como relações de poder. Assim, pensar a crítica ao papel esperado para mulheres na história é retirá-las do gineceu de Atenas (...) Deste modo, a visão tradicional da mulher frágil, passional e doméstica fica também compreendida em seu tempo e lugar histórico, não como natureza. (COSTARD, 2018. P.173).

Sendo assim, a prática feminista no ensino de história, pode ser aplicado dando visibilidade às mulheres e refletindo os seus papéis em cada período histórico de forma crítica. Ao contrário do que muitos imaginam, ensinar a partir de análises de gênero, não excluirá os homens dos seus feitos históricos. Eles ainda serão estudados em seus respectivos espaço-tempo conforme as diretrizes curriculares nacionais, entretanto, é possível analisar onde estavam as mulheres e quais eram seus papéis em todas as discussões históricas que permeiam o ensino básico. Essas análises ajudaram a romper diversos pensamentos estereotipados designados às mulheres, além de desnaturalizar a subordinação descrita na história.

Para essas práticas entrarem em vigor, se faz necessário, acima de tudo, que os professores estejam habituados com essas discussões. Segundo Zarbato

tecer diálogos sobre a presença feminina no espaço-tempo da história requer um enfoque mais aprofundado sobre a formação inicial dos professores, uma vez que neste processo há silenciamentos em relação às questões de gênero. E devido ao pouco contato com as discussões sobre as diferenças, alteridades, subjetividades femininas, representações femininas na sociedade, alguns profissionais acabam por reproduzir os elementos presentes nos livros didáticos, ou mesmo não inserem as concepções de gênero em seus planejamentos. (ZARBATO, 2015. P.65).

Partindo desse pressuposto, é válido frisar que mesmo que a teoria feminista e as análises de gênero sejam consideradas parte de uma elite acadêmica, elas ainda estão ausentes da formação docente por conta do sexismo institucionalizado na academia. Os teóricos homens ainda são os de maiores destaques principalmente no curso de história. Ou seja, há

¹⁸ A prática feminista e o conceito de decoloniedade são duas coisas distintas, entretanto dialogam entre si no que diz respeito a reformulação do ensino visando igualdade de gênero.

ideias de teor falocêntrico influenciando diretamente a construção da grade curricular no ensino superior, é o chamado falocentrismo pedagógico¹⁹. Para Linhares

Este marco científico e ideológico condicionou a construção histórica da mulher na educação e na sociedade em geral. Digamos que se construiu um “falocentrismo pedagógico”. E, dado esse falocentrismo pedagógico, vemos uma rigidez enorme nos currículos que ainda são masculinos, e pela forma de lidar com a questão em sala de aula e fora dela, extremamente difícil e complexa. (LINHARES, 2020, p.83)

Ademais, na maioria das vezes, as análises de trabalhos de autoria feminina são introduzidas na formação de maneira opcional, como se falar de mulher fosse uma escolha, ou seja, o/a docente decide durante a formação se vai ou não perpetuar o silenciamento feminino. A historiadora Camila Costa, ao fazer uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em história da Universidade Federal do Pará e Universidade do Estado do Pará, afirma que

A exclusão de autoras e o não aparecimento de obras que indiquem métodos para estudar a história das mulheres, aponta para o caráter androcêntrico e intenção de contar apenas a história dos homens. O “mundo contemporâneo” é o mundo contemporâneo dos homens, os conceitos, problemas, objetos e abordagens são masculinos. É o que Harding (2019) chama de “ciência mal conduzida”, ou seja, “ciência distorcida pela visão masculina” (FROTA, 2021, p. 64).

É necessário preparo para que os/as profissionais da educação lidem com eficiência com os empecilhos que surgem no cotidiano da sala de aula que estão atrelados à dominação masculina, e que entendam desde a graduação a importância de destacar os feitos femininos no ensino de história. É necessário também que os professores e professoras percebam que um ensino a partir das análises de gênero pode possivelmente gerar grandes conflitos, mas isso não significa um retrocesso educativo, pois segundo bell hooks

a sala de aula feminista (...) é, ao contrário, um lugar de conflito, tensões (...) em vez de ter medo do conflito, temos de encontrar meios de usá-lo como catalisador para uma nova maneira de pensar, para o crescimento. (HOOKS, 1994, p.154).

Uma educação decolonial e feminista começa na formação docente, para depois ir para o cotidiano da educação básica. A educação feminista é uma educação questionadora,

¹⁹ O conceito de falocentrismo é utilizado pela Dra. Anna Linhares para enfatizar que dentro das áreas pedagógicas o ensino gira em torno de homens e para homens. Os “grandes pensadores” das ciências humanas estudados nos cursos de graduação são somente homens. As mulheres são sempre colocadas como pensadoras secundárias a aqueles de maior relevância (LINHARES, 2020).

empática, inclusiva e que traz conhecimentos que serão levados para além da sala de aula, buscando confrontar as dominações e combater as violências, além de ser um dos elementos para a derrubada do sistema patriarcal, que está implícito no ensino. A educação feminista é, portanto, uma educação para liberdade, para a transgressão, rompe fronteiras e barreiras impostas pelo sistema racista e sexista. (HOOKS, 1994).

Ou seja, essa educação feminista e decolonial pode se iniciar a partir de projetos pedagógicos que tratam desse diálogo, e levem essas discussões de maneira aberta e didática para a sala de aula e para os docentes. Com o objetivo de introduzir esses preceitos no ensino.

LETRAMENTO DE RAÇA E GÊNERO NAS ESCOLAS PARA SABER “ONDE ESTÁ TEREZA?”

Para Linhares

Ensinar sobre os movimentos feministas é um vetor de mudança. É preciso desmistificar esse movimento tão importante para a liberdade de mulheres, que é bastante estigmatizado, em especial falar de feminismo negro, decolonial e radical, que dão conta de demandas de mulheres negras, indígenas, periféricas e sul americanas, pois assim, essas jovens garotas se identificarão com suas demandas específicas através desse movimento político. (LINHARES, 2021).

Portanto, é importante salientar que para iniciar a prática de uma educação feminista e libertadora, os alunos, as alunas e corpo docente escolar precisam conhecer o movimento e seus ideais. Além disso, a disciplina de história é uma excelente aliada para tratar de tais temas de maneira crítica e empoderadora.

Pensando nisso, no ano de 2021, o projeto de pesquisa intitulado “Onde Está Tereza? gênero e ensino de história” iniciou palestras e realizou trabalhos em 11 escolas públicas nas regiões de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides (PA), com o objetivo de levar para as mais de 20 turmas do ensino médio o debate sobre o movimento feminista, sua história e problematizações, totalizando cerca de 500 alunos envolvidos nessa dinâmica.

O projeto em questão foi uma pesquisa de extensão da Universidade Federal do Pará, campus de Ananindeua. Coordenado pela professora Dra. Anna Maria Alves Linhares, no qual fiz parte, atuando como bolsista e palestrante durante o ano de 2021 e 2022. Tal projeto foi financiado pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento a Pesquisa (FADESP), e tinha por objetivo facilitar o debate teórico sobre o movimento feminista e as diversas violências e silenciamento imposto as mulheres na história da humanidade, além de alertar as alunas acerca do ciclo da violência e debater sobre as questões de empoderamento, com o

objetivo de prevenir casos de feminicídios e a evasão escolar. Era de objetivo do projeto salientar o debate sobre a masculinidade, para alertar aos meninos o porquê foram criados de forma violenta e desmistificar o padrão de masculinidade imposto pelo sistema patriarcal que violenta também os homens a séculos.

Durante o projeto, as discussões apresentadas nas escolas permeiam, em específico, em torno da história do movimento feminista, sua desmistificação, suas vertentes e pautas atuais como as questões do assédio, violência e masculinidade, tendo uma durabilidade de 2 horas, incluindo o tempo de debate. Após a apresentação da palestra, era incentivado o debate para a participação de todos e todas, que ia desde perguntas, contribuições e relatos pessoais.

Foi constatado durante o período de atividade do projeto, a carência que os alunos e as escolas tinham desses assuntos e o enorme índice de violência de gênero no âmbito escolar. Na 1ª escola que onde a palestra foi apresentada, localizada no bairro da Terra Firme, em Belém, ministramos a palestra também para o corpo técnico e docente escolar, pois, na semana anterior, havia a ocorrência de uma tentativa de estupro a uma funcionária da escola. Por esses e outros motivos, se fazia necessário e com urgência, a discussão dessas pautas para a conscientização e educação dos alunos, além do preparo do corpo técnico frente a essas violências.

Segundo Freire “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção” (FREIRE, 1996), e esse seria então um dos objetivos das palestras, despertar nos alunos o senso crítico quanto a socialização patriarcal que lhes foram impostas, para que ao final da atividade, eles colocassem “para fora” tudo aquilo que lhe fora incomodado.

Em todas as palestras ministradas, foi notado um grande impacto nos meninos ao se falar de masculinidade. Era perceptível o alívio que sentiam ao ouvir que a masculinidade violenta os homens no seu processo de crescimento. Em um dos casos, após o fim das atividades, um aluno do 1º ano do ensino médio, em uma escola em Marituba-Pa, relatou que sofria violências verbais da família apenas pelo fato de gostar de dançar. Relatou também que a discussão o fez se sentir acolhido e lhe deu forças para enfrentar os insultos e seguir o seu sonho.

Era recorrente também que durante o debate, alguns alunos relatassem casos de violência contra mulher, seja no contexto familiar, ou ocorrências com conhecidos, o que nos assustava era o fato de que a violência contra mulher se tornou algo “comum”, que todo mundo narrava um fato com naturalidade. Foi comentado pelas alunas, que desconheciam a

existência de tantas formas de violência, e durante a apresentação, descobriram ali que já tinham sido violentadas mesmo que não fisicamente.

Outro fato marcante que ocorreu em duas escolas durante o projeto, foi o questionamento dos meninos sobre a lei Maria da Penha. Em ambas as escolas, esses alunos argumentaram que a lei não era igualitária, pois segundo eles, defendiam só as mulheres e colocava os homens em posição de perigo sem o amparo da justiça. Foi necessário a apresentação de dados estatísticos em torno da questão do feminicídio, estupro e violência doméstica, para contrapor o discurso de que os homens que estão em situação de perigo. Se fez necessário também dialogar sobre a questão das leis e a necessidade da criação de uma específica para as mulheres. Nesta situação, analisamos que por falta de conhecimento, alguns alunos sequer acreditavam que viviam em uma sociedade desigual, ou que de alguma forma, reproduziam as violências comentadas da palestra.

Durante os debates, recebíamos as mais diversas perguntas, em sua maioria relacionadas com conhecimentos equivocados sobre o movimento feminista que os alunos viam na internet. Sempre pontuávamos durante a palestra que existiam muitos mitos sobre o movimento e sobre quem se intitula feminista, sendo a maioria deles, amplamente divulgado nos meios digitais. No início do movimento feminista, as mulheres eram descredibilizadas através de jornais, livros ou panfletos, e atualmente, são descredibilizadas na internet, pois, esta é a maior plataforma aberta de comunicação contemporânea. Por conta da falta de debate sobre o assunto, os indivíduos que conhecem o movimento através desses mitos nas plataformas digitais, acabam acreditando que o feminismo não é um movimento político. Esse pensamento, se torna comum depois de ser amplamente divulgado, o que enfraquece e atrasa nossas conquistas.

Em uma das palestras, nos foi questionado de maneira incisiva por uma aluna, o porquê de levar a filósofa Simone de Beauvoir para dentro da sala de aula, visto que, segundo a aluna, Simone sequestrava crianças. Uma grave acusação, que quando foi questionada da onde surgiu, a aluna nos relatou que viu em uma plataforma de vídeos chamada “tiktok”. A partir daí é perceptível a importância desses alunos conhecerem esse movimento ainda dentro da escola, pois fora dela, eles irão se deparar com todos os tipos de mentiras, o que se intitulou chamar de “fake News”, criadas pelo patriarcado para nos desqualificar.

Antes de iniciar o tempo de atividades do projeto, pensamos que seria necessário solicitar às escolas para nos receber e iniciar as palestras, entretanto, os índices de violência estavam tão alarmantes que 9 escolas de 11 nos convidaram para tratar desse temas com todas as turmas de ensino médio. Era comum que os professores nos relatassem casos preocupantes

de violência de gênero na escola, comum também, que alguns professores assistissem a palestra em prol de se informar sobre o assunto.

Entretanto, foi perceptível que algumas coordenações das escolas tinham medo da palavra “feminismo” que estava no título da palestra, denominada “sejamos feministas: por um mundo menos violento”. Isso se dá por conta dos estereótipos inverídicos criados em torno do movimento. Chegou a ser solicitado por uma escola para apresentarmos a palestra por conta das situações preocupantes que estavam ocorrendo, mas tínhamos que retirar a palavra “feminismo” do título. Entendemos que para eles, se tinha a necessidade de falar sobre violência, o movimento e os meios para combatê-la, porém, solicitar que todos tivessem atitudes feministas como diz o título, para eles era demais, muito “radical”.

O projeto de extensão e pesquisa também desenvolve atividades fora do âmbito escolar, como reuniões mensais abertas ao público em geral para o debate teórico das ideias feministas, levando o movimento e a teoria para as grandes massas sociais, o que segundo bell hooks, é um dos atos mais revolucionários dentro do movimento (HOOKS, 1989).

No mais, durante o período de execução do projeto tanto em esfera escolar, quanto em esfera pública, se tornou evidente como a política feminista educa as pessoas em prol de um mundo menos violento. Além de que, com a introdução das discussões nas escolas que o projeto visitou, trouxe um novo olhar dos alunos e alunas, professores e professoras para os conteúdos da grade de ensino. Era relatado por todos e todas do ambiente escolar que iriam “cobrar” mais conteúdos de autoria feminina, ou até mesmo questionar onde estavam as mulheres nos períodos históricos que iriam ser estudados.

No que se refere à falta de representatividade feminina na grade curricular de formação docente, se faz necessário a abertura dessas discussões em âmbito acadêmico para posteriormente esses futuros professores levarem essas análises para sala de aula. Na Universidade Federal do Pará, especificamente na faculdade de história do campus de Ananindeua, havia disciplinas optativas sobre essas discussões que enriqueceram muito a formação da docência em história.

Além disso, as discussões abertas ao público do projeto de extensão são amplamente divulgadas para os discentes do campus. Discussões estas que vão além do movimento feminista, e procura fazer um letramento de raça, classe e gênero com os futuros professores de história, com o objetivo de prepara-los para lidar da melhor maneira com as dominações que cercam a sociedade. Pois segundo bell hooks

Quando nós, como educadores, deixamos que nossa pedagogia seja radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo, podemos

dar aos alunos a educação que eles desejam e merecem. Podemos ensinar de um jeito que transforma a consciência, criando um clima de livre expressão que é a essência de uma educação em artes liberais verdadeiramente libertadoras. (HOOKS, 1994. p.63).

Os debates e leituras sobre gênero dentro da universidade e escolas, me moldou como professora, me tornou mais segura, forte para enfrentar os diversos obstáculos impostos a quem fala sobre isso, me tornou mais empática, e me ensinou a ser acolhedora com o alunado, visto que agora após os estudos, eu entendo o poder da socialização patriarcal sobre nossos atos. Portanto, sejamos todos e todas feministas para transformar a educação e o ensino de história em uma prática da liberdade frente às dominações sociais e a invisibilidade feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que o ensino de história como disciplina tem como objetivo estimular o pensamento crítico e reflexivo do indivíduo ainda na infância/juventude. Sendo assim, é esperado que esse indivíduo ao se tornar um cidadão ativamente político e exerça essa criticidade e reflexão na sociedade de maneira positiva, vislumbrando as diferenças sociais, mas como esse indivíduo colocará essas questões em pauta se não for ensinado sobre: como as relações sociais e de gênero afetam a sociedade presente em que ele está inserido? E se pensarmos nas questões de raça, que segundo as estatísticas, é quem mais sofre, é o maior público das escolas públicas, como esse indivíduo negro irá combater o racismo, visto que não tem acesso a essas discussões dentro da escola?

A inserção das análises de gênero e o debate sobre a construção social feminina e masculina, vão além de estudos teóricos e científicos que precisam ser introduzidos no currículo escolar. Essas análises perpassam os debates intelectuais e atingem os discentes no campo pessoal de socialização fora do âmbito escolar, e por esse motivo, pode ser uma ferramenta de decolonialidade dos estereótipos de inferioridade e reprodução das violências. Além de ser um caminho para o enfraquecimento do sistema patriarcal, lidar com essas questões no ensino de história é uma escolha política. Nesse viés, Joan Scott afirma que

a história das mulheres não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista, e a disciplina da história (...) muitos daqueles que escrevem a história das mulheres consideram-se envolvidos em um esforço altamente político, para desafiar a autoridade dominante na

profissão e na universidade e para mudar o modo como a história é escrita.
(SCOTT, 1992. p. 65-66)

Ademais, dentre todas as importâncias dessa educação para a construção de uma sociedade igualitária, as análises de gênero dentro do ensino se tornam ainda mais importantes e benéficas para as alunas, pois as mesmas se enxergarão como sujeitos sociais de extrema importância histórica para a sociedade, assim como foram suas antepassadas, o que acaba às influenciando a se colocarem como sujeitos históricos da sociedade onde estão inseridas. O que conseqüentemente diminuiria os índices de evasão escolar e até mesmo de violência doméstica causada pela vulnerabilidade social.

Os resultados das palestras nos fazem refletir sobre a urgência de levar essas análises para ensino frente aos altos índices de violência, principalmente dentro das escolas. Além disso, percebemos também que falar de invisibilidade feminina nos dá a possibilidade de articular a teoria histórica com o cotidiano social, despertando no aluno um maior envolvimento no assunto, o que se torna um ponto positivo para a construção de um pensamento social igualitário. Pois segundo bell hooks, a teoria só se torna curativa e libertadora quando direcionada para nosso contexto social (HOOKS, 1994, p.86). Assim, educaremos mulheres e homens para a liberdade a partir da política feminista.

Só assim poderemos de fato responder “Onde está Teresa”: Teresa pode estar também no livro didático, no espaço escolar e na escola de forma positiva, sendo cientista, poeta, musicista, escritora, professora ou mesmo dona de casa, mas criadora de histórias boas de serem lidas por outras meninas, principalmente negras, para que dessa forma elas se sintam importantes e fazedoras de história e não apenas violentadas, como sempre se viram no espaço escolar desde o período da escravidão. Por isso, se faz urgente uma educação feminista e antirracista.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. São Paulo; Companhia das Letras, 2017.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida, volume 2. Tradução Sérgio Millet. -3 Ed. - Rio de Janeiro: nova fronteira 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

COSTA, Camila Frota da. **AS MULHERES EXISTEM**: teoria feminista, estudos de gênero e história das mulheres na formação de professores de história. Dissertação (mestrado). Mestrado Profissional em Ensino de História. Universidade Federal do Pará, 2021

COSTARD, Larissa. **Gênero, currículo, e pedagogia decolonial**: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de história. *Fronteiras & debates*, v. 4, n. 1, p. 159 -175, jan./jun. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

FREIRE, Paulo . **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GONZALEZ, Lélia. . 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos . Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

HANISCH, Carol. **O pessoal é político**. 1969. Disponível em: <https://resistenciaradfem.wordpress.com/tag/carol-hanisch/>

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Edunicamp, 1992

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LINHARES, Anna Maria. **O lugar (ou o não lugar) da mulher no ensino de história**. In: Nunes, Francivaldo Alves (org). *História e ensino por historiadores: lugares, sujeitos e contextos*. 1º ed. Maringá: viseu, 2020.

LINHARES, Anna Maria. **Sejamos Feministas**: por uma escola inclusiva e desreguladora de corpos femininos. In: OLIVEIRA, Vanilda Maria de; FILGUEIRA, André Luiz de Souza;

SILVA, Lion Marcos Ferreira e. (org). *Corpo, corporeidade e diversidade na educação - Uberlândia* : culturatrix, 2021. 502. p., il.

MENEGHEL, S.N. PORTELLA, Ana Paula. **Femicídios**: conceitos, tipos e cenários. *Cien Saude Colet* (2017/Mai).

MIRANDA, Caroline Barroso. **“De que cor eu sou?” O lugar da menina negra no espaço escolar**: um estudo sobre a representação das mulheres negras no livro didático de história. 2020. 174 f. Dissertação (mestrado). Mestrado Profissional em Ensino de História, Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, 2020.

O'BRIEN, Mary. **The Politics of Reproduction**. Boston: Routledge & Kagan Paul, 1981.

OLIVEIRA, Maria da G. de. **Os sons do silêncio**: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 2018

PINSKY, Carla Bassanezi. (org). **Novos Temas nas Aulas de História**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

RENDEIRO NETO, Manoel. **Casar, civilizar, colonizar**: mulheres indígenas e a política de matrimônios mistos na Capitania de São José do Rio Negro (1755 – 1779). 2017. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SARAIVA, R. Pereira da Silva. **A mulher negra como “Outro do Outro”**: interseções entre gênero e raça em Grada Kilomba e Lélia Gonzalez. (Des)troços: revista de pensamento radical, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 78–90, 2022.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol.20, n°2, jul/dez.1995.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano; SPINDLER, Giselle. **Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero**. *Psicol Soc*. 2014.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra**: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As Mulheres e a História**: uma introdução teórico metodológica. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2012.

VARELA, Simone. **Trajétoria do ensino de história no Brasil**. In: IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE, 2014, Aracaju-SE.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **As estratégias do uso do Gênero no ensino de História**: narrativa histórica e formação de professoras. *Revista Trilhas da História, Três Lagoas*, v.4, n.8, jan./jun., p.49-65, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/694>>

ZANELLO, Valeska. A prateleira do amor: sobre homens, mulheres e relações. Editora Appris, Curitiba-PR. 2022.

ENGEL, Cintia Liara. A Violência Contra Mulher. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br>>

Equipe editorial de Conceito.de. (2 de Fevereiro de 2015). Atualizado em 15 de Abril de 2020. *Paternalismo - O que é, conceito e definição.* Conceito.de. <https://conceito.de/paternalismo>

"Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. IBGE. 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br>>

Feminicídios batem recorde no 1º semestre de 2022 no Brasil quando repasse ao combate à violência contra a mulher foi o mais baixo. G1 Pará, Belém, 07 de dez. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia>>.

Os piores estados para ser mulher no Brasil. Portal Geledés, 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br>>